



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6739

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Repassa Recursos, Firma Convênio, faz doação, concede subvenção, contribuição e ajuda financeira, destina as aplicações do Executivo

Autoria: Executivo Municipal

Data: 21/03/2006

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 34/2006. Autoriza o Poder Executivo a repassar recursos financeiros ao Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde – COSEMS.

Controle Interno – Caixa: 21.1 **Posição:** 33 **Número de folhas:** 05

Espécie: PL
Categoria: Repasse de recursos
cr: 21.1
Ordem: 33
nº fls: 03



34/2006
28.03.2006

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2006

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Autoriza o Poder Executivo Municipal Repassar Recursos Financeiros ao Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde - COSEMS.

MOVIMENTO

Entrada em - 21/03/2006

Comissão de Finanças Orçamento e Toma da de Contas

- 1 - Aprovado em Regime de Urgência
- 2 - GAEM. 28-03-2006
- 3 - _____
- 4 - _____
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA JURÍDICA



PROJETO DE LEI Nº _____/2006

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS AO COLEGIADO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE/MG – COSEMS.

O Povo do Município de Montes Claros (MG), por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde, autorizado a repassar a importância de R\$5.000,00 (cinco mil reais) e firmar convênio com o Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde /MG – COSEMS, com a seguinte dotação orçamentária:

Dotação: 18.01.10.122.0005.2126/33.50.41.....Secretaria Municipal de Saúde

R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Montes Claros (MG), 14 de março de 2006.


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À COMISSÃO DE FINANCA
ORÇAMENTO TOMAR CONTAS
EM 21 DE MARÇO DE 2006

PRESIDENTE

De acordo. Seguinte encaminhamento
ou Plenário para decidir e votar.

22/03/2006



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM _____ DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 28 DE MARÇO DE 2006

PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA JURÍDICA



Montes Claros, 14 de março de 2006.

Ofício nº: PJ/ 020/2006
Assunto: Projeto de Lei
Serviços: Procuradoria Jurídica

Senhor Presidente;

Temos a honra de encaminhar a V. Exa. o incluso Projeto de Lei com o qual pretendemos “ repassar recursos financeiros ao Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde/MG – COSEMS”, visando estabelecer cooperação técnica e financeira para a implantação e desenvolvimento do Sistema Único de Saúde, através da seguinte dotação orçamentária:


dotação: 18.01. 10. 122. 0005. 2126/33.50.41Secretaria
Municipal de Saúde

R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Na certeza de que o presente Projeto de Lei é relevante, acreditamos que V. Exa. e os seus pares certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre Presidente e aos demais ilustres vereadores nossos protestos de estima e distinta consideração.

Cordialmente,


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Sebastião Ildeu Maia
DD. Presidente da Câmara Municipal
Nesta



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2006 QUE “Autoriza o Poder Executivo Municipal repassar recursos financeiros ao Colegiado Dos Secretários Municipais de Saúde/MG - COSEMS.”, de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A competência para a solicitação de autorização para o repasse de recursos financeiros é de iniciativa do Executivo Municipal.

Conforme denota-se do referido projeto, já existe dotação orçamentária própria.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 22 de março de 2006.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605